



INTERNATIONAL CENTRE FOR
TRADE AND SUSTAINABLE
DEVELOPMENT



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS



10 de novembro de 2008

Vol. 3 No. 20

NOTÍCIAS MULTILATERAIS	1
Em foco: posições comerciais do novo presidente dos EUA, Barack Obama	1
G-20 Financeiro em São Paulo: bases para um novo “Bretton Woods”?	2
NOTÍCIAS REGIONAIS	4
Cepal destaca repercussões da crise na inserção mundial da América Latina e Caribe	4
Plano Nacional sobre Mudança do Clima recebe críticas de ONGs ambientais	5
BREVES MULTILATERAIS	6
Continua controvérsia sobre têxteis chineses	6
China e Cingapura firmam acordo de livre comércio	7
BREVES REGIONAIS	8
Cúpula ibero-americana: crise financeira no centro das atenções	8
Mercosul propõe mais comércio e menos restrições para superar crise	9
EVENTOS	10
INFORMAÇÕES ÚTEIS	13

PONTES Quinzenal também está disponível [online](#) e é atualizado a cada duas semanas.

Caso deseje cadastrar-se (gratuitamente) em nossa lista de envio do **Pontes Quinzenal**, envie uma mensagem para pontes@ictsd.ch. No título do e-mail escreva “inscrição” e, no corpo do texto, indique seus dados (nome completo e profissão) e como conheceu o periódico.

NOTÍCIAS MULTILATERAIS

Em foco: posições comerciais do novo presidente dos EUA, Barack Obama

Barack Obama, o 44º presidente dos Estados Unidos da América (EUA) a partir de 20 de janeiro de 2009, terá a oportunidade de realizar mudanças drásticas no papel dos EUA para o comércio internacional. O desafio vem em um momento marcado por uma forte crise financeira, frustrações e lentos progressos nas negociações multilaterais da OMC.

Pesquisas realizadas no dia da eleição estadunidense mostram a crise econômica como a maior preocupação dos eleitores: 62% dos entrevistados consideraram a economia o desafio mais importante enfrentado pelo país. Apenas 10% dos eleitores apontaram o Iraque como foco das preocupações.

No que diz respeito ao comércio internacional, o presidente eleito comprometeu-se a tomar uma posição mais firme contra a China, rever o Acordo de Livre-Comércio da América do Norte (NAFTA, sigla em inglês) e rejeitar acordos comerciais regionais e bilaterais que coloquem os interesses de multinacionais à frente dos interesses dos trabalhadores estadunidenses.

Durante fórum sobre comércio e manufatura realizado em abril, Obama afirmou que quando se trata de comércio, não existe uma medida que sirva a todos os países (“one-size-fits-all”). Ele também ressaltou que diversos países pobres poderiam ser beneficiados pelo acesso aos mercados estadunidenses e que isto não representa uma ameaça a seus trabalhadores.

A posição a ser tomada pela administração Obama em relação às negociações comerciais da Rodada Doha ainda é objeto de especulação. Alguns analistas acreditam que as mesmas devem “hibernar” por mais um ou dois anos, até que as novas administrações tenham tempo para ajustar-se, não somente nos EUA, mas também na Índia e na União Européia (UE).

O Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, acredita ser possível chegar a um acordo sobre modalidades de agricultura e acesso a mercado de bens não-agrícolas (NAMA, sigla em inglês) nos próximos meses. Ele sugere que os Membros da OMC devem finalizar um acordo antes que o mandato de Obama tenha início, em 20 de janeiro próximo. Amorim não vê o fato da Casa Branca ser presidida por um democrata como um empecilho às negociações.

Barack Obama garante que sua administração estará ativamente envolvida nas negociações multilaterais. Ele acredita ser possível que a OMC possa assegurar a melhoria dos padrões internacionais para trabalhadores, nações pobres, saúde pública e meio ambiente.

No entanto, as visões de Obama em relação a subsídios agrícolas não se alinham com as visões dos parceiros comerciais dos EUA.

Em maio passado, Obama votou favoravelmente à nova Lei Agrícola estadunidense (*Farm Bill*), a qual preserva os níveis de subsídios agrícolas da Lei anterior. Ele insiste na necessidade de proteção dos interesses dos agricultores estadunidenses no contexto do comércio internacional. Obama também defende a produção de etanol nos EUA e pretende investir US\$ 150 bilhões em bicompostíveis ao longo da próxima década, além de manter a taxa de crédito de US\$ 0,45 às refinarias e a tarifa de importação de US\$ 0,54 para este produto. Ademais, Obama apóia publicamente o programa de seguro financeiro para colheitas e um mecanismo permanente de incentivo aos agricultores.

Outro tema que poderia complicar os avanços multilaterais é o “fast-track” (autoridade de promoção comercial) estadunidense. Obama afirmou que somente apoiará tal sistema para o executivo se o Congresso tiver mais poder de decisão do que atualmente. Tal condição pode dificultar as negociações comerciais em Genebra, pois significaria um cuidado muito maior com as visões do Congresso.

Maiores detalhes sobre as posições comerciais de Obama serão conhecidos ao longo das próximas semanas, quando o presidente eleito deve designar um novo Representante Comercial e selecionar os membros de seu gabinete. Estes nomes estarão sujeitos à aprovação do Senado, mas como o partido de Obama é maioria no corpo legislativo, é muito provável que suas escolhas sejam aprovadas.

China: posição mais firme

No âmbito bilateral, Obama afirmou que tomará uma posição mais firme no que diz respeito às relações

comerciais com a China, ressaltando que os saldos positivos da balança comercial chinesa decorrem da manipulação do valor real de sua moeda, o que resulta em um desequilíbrio prejudicial aos EUA e à economia global. Obama afirmou, ainda, que o gigante asiático deve mudar suas políticas, inclusive no que tange à taxa cambial, para que dependa menos de exportações e mais da demanda doméstica para crescimento econômico. O novo presidente eleito também criticou os subsídios industriais chineses e pediu medidas mais firmes no combate à pirataria.

NAFTA

As visões de Obama sobre o NAFTA são mais amenas. O acordo – cuja aceitação foi considerada uma das maiores conquistas de Bill Clinton, o último democrata a ocupar a Casa Branca – não agrada diversos democratas. Durante reunião com líderes canadenses, entretanto, o assessor sênior de Obama, Austan Goolsbee, indicou que o protecionismo do presidente eleito deve ser visto mais como um posicionamento político do que uma articulação de seus planos de política.

Goolsbee também afirmou que não se trata de mudar totalmente o acordo, mas sim de esclarecer e fortalecer a linguagem para questões de mobilidade de trabalho e meio ambiente de modo a levar tais temas a serem elementos centrais do acordo.

Acordos comerciais bilaterais

Ainda não se sabe como a administração Obama lidará com os acordos comerciais bilaterais. Obama foi favorável ao acordo bilateral com Peru, ao qual os democratas inseriram provisões ambientais trabalhistas no ano passado. Obama, entretanto, foi contra os acordos com Colômbia e Coréia, os quais classificou como desfavoráveis aos EUA.

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em *Bridges Weekly Trade News Digest* vol. 12, no. 37, 6 nov. 2008

G-20 Financeiro em São Paulo: bases para um novo “Bretton Woods”?

Iniciar o desenho de uma nova arquitetura financeira internacional. Este foi o objetivo que norteou o encontro ocorrido em São Paulo, no último fim de semana, do Grupo dos Vinte Ministros de Finanças e Presidentes de Bancos Centrais (G-20, também conhecido como G-20 Financeiro). Trata-se de um evento preparatório à cúpula de Chefes de Estado do G-20, convocada pelo Presidente dos EUA, George W. Bush e que ocorre em

Washington, no próximo dia 15. Esta foi chamada por alguns como a oportunidade para a criação de um “novo Bretton Woods”.

“É uma crise global que exige soluções globais”, afirmou o Presidente Lula, em seu discurso de abertura do evento. Lula exortou os demais países a evitar medidas unilaterais de protecionismo comercial e financeiro, prática empregada após a crise de 1929 e que teria agravado seus efeitos. “Para logarmos verdadeiras soluções, precisamos realizar um esforço concentrado, vencendo a tentação de tomar medidas unilaterais”.

A tônica de seu discurso foi a necessidade de maior participação dos países emergentes nos mecanismos decisórios da economia mundial. “É amplamente reconhecido que o G-7 sozinho não tem mais condições de conduzir os assuntos econômicos do mundo. A contribuição dos países emergentes também é essencial.” Cabe lembrar que foi justamente com o intuito de conferir maior peso aos países emergentes nas discussões econômicas globais que o G-20 financeiro foi criado, em 1999, como resposta às crises financeiras do final dos anos 90. O grupo, que é composto pelas 19 maiores economias industrializadas e emergentes (além da União Européia), conta com o trunfo da grande legitimidade: agrega terços da população mundial, 90% do produto interno bruto mundial e 80% dos intercâmbios comerciais.

Em se tratando de um processo de reforma que apenas vê seu início, as propostas apresentadas mantiveram-se no nível dos princípios. Entretanto, o discurso de Lula permite vislumbrar as posições que serão defendidas pelo Brasil durante as negociações. Em específico, Lula afirmou que as reformas devem ser pautadas por: (i) representatividade e legitimidade; (ii) ação coletiva internacional; (iii) boa governança nos mercados domésticos (aperfeiçoamento de mecanismos de regulação, supervisão, governança corporativa e avaliação de riscos); (iv) responsabilidade (não transferência de riscos a outros países); (v) transparência no fornecimento de informações; e (vi) prevenção de crises financeiras.

No plano das medidas concretas, imagina-se que o Brasil enfatizará a necessidade de reforma do mecanismo decisório do Fundo Monetário Internacional (FMI), instituição na qual os votos são ponderados em função da participação financeira de cada Estado. Também no Banco Mundial será pleiteada maior participação decisória. Quanto ao aspecto comercial, Lula vem afirmando insistentemente que o momento de crise coloca a conclusão da Rodada Doha como uma necessidade, uma medida anti-cíclica ao enfraquecimento dos fluxos comerciais. Fala-se de mecanismos de revisão de políticas financeiras

domésticas, bem como na criação de novas entidades encarregadas de promover a regulação e supervisão dos mercados.

Possivelmente exista um exagero ao alcinhar a reforma da arquitetura financeira como um “novo Bretton Woods”, considerando a improbabilidade de que as atuais instituições sejam extintas como resultado das negociações. Entretanto, é fato que a crise financeira aproximou as posições defendidas por países emergentes e desenvolvidos no que tange à necessidade de maior democratização dos processos decisórios, além de jogar em descrédito a ideologia neoliberal que impedia o aprofundamento da regulação financeira. Por fim, espera-se que o tratamento a ser conferido aos emergentes reflita sua crucial importância na solução da atual crise – tais países concentrarão 75% do crescimento mundial em 2009, segundo o FMI.

Reportagem Equipe Pontes

Fontes consultadas;

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante reunião plenária dos Ministros da Fazenda do G-20 Financeiro (08/11/08). Disponível em: <<http://www.imprensa.planalto.gov.br>>. Acesso em 08 nov. 2008.

Folha de São Paulo. *Encontro está longe de ser um Bretton Woods* (23/10/08). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalle3.asp?ID_RESENHA=508432>. Acesso em 08 nov. 2008.

Folha de São Paulo. *Europa e Ásia querem ação coordenada e novo papel para o FMI na ajuda a países* (25/10/08). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalle3.asp?ID_RESENHA=509247>. Acesso em 08 nov. 2008.

O Estado de São Paulo. *Brasil propõe mais poder aos emergentes no Banco Mundial* (06/11/08). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalle3.asp?ID_RESENHA=513407>. Acesso em 08 nov. 2008.

O Estado de São Paulo. *Como consertar nossa arquitetura* (25/10/08). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalle3.asp?ID_RESENHA=509241>. Acesso em 08 nov. 2008.

O Estado de São Paulo. *França quer lançar no Brasil as bases de Bretton Woods 2* (07/11/08). Disponível

em:

<http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=513866>. Acesso em 08 nov. 2008.

NOTÍCIAS REGIONAIS

Cepal destaca repercussões da crise na inserção mundial da América Latina e Caribe

Apesar de apresentarem melhores condições para enfrentar a crise financeira global do que no passado, os países da América Latina e Caribe (ALC) devem crescer menos em 2009, um reflexo direto da desaceleração econômica dos principais países desenvolvidos (PDs). Esse dado faz parte das projeções contidas no relatório *Panorama da Inserção Internacional da América Latina e do Caribe*, divulgado recentemente pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

Segundo o documento, a região deve apresentar crescimento econômico médio de 3,5% em 2009, o que confirma a tendência de queda. Em 2007, a economia da região cresceu em média 5,7%, ao passo que a previsão para 2008 é de 4,5%. Entre as causas da queda no ritmo de crescimento, o relatório destaca: (i) o impacto da crise no comércio internacional; (ii) a diminuição na remessa de capital por parte dos imigrantes que trabalham nos Estados Unidos da América (EUA), a qual representa importante fonte de renda para alguns países, especialmente o México; (iii) a fuga de investimentos realizados na ALC para destinos considerados de menor risco; e (iv) o encarecimento do financiamento, o que dificulta a captação de recursos para os setores produtivo e comercial.

O estudo ressalva, contudo, que a intensidade da repercussão será diferente em cada país da região, em função do variado nível de dependência das economias que se encontram no foco da crise. Alguns fatores que devem influenciar o grau de impacto foram listados no documento, como a dívida pública e sustentabilidade das contas governamentais, a dependência de remessas e investimentos diretos para financiar a conta corrente, o grau de diversificação das exportações e a necessidade de importar alimentos e energia.

No que toca ao comércio, a parcela das exportações no Produto Interno Bruto (PIB) deve diminuir na média da região. Nesse passo, a América Latina será menos afetada do que os países da América Central, Caribe e México, mais fortemente vinculados ao mercado estadunidense. Ainda que o crescimento médio no volume das exportações aos EUA tenha diminuído de

7,5% em 2006 para 2,1% em 2007, o país ainda constitui o principal destino das exportações da região, absorvendo 20% de seu total. Por sua vez, a demanda da União Européia mantém-se estável, enquanto a das economias emergentes continua a apresentar alta média anual de 11%. O relatório alerta que as importações para a Ásia a partir da ALC podem ter seu ritmo reduzido em função do impacto negativo da queda na demanda estadunidense para produtos asiáticos, especialmente os chineses.

Outra realidade apontada pelo relatório consiste no impacto da elevação dos preços de produtos básicos para o comércio da ALC. Como a parcela dessa categoria de produtos na pauta de exportações – 40,5% em 2006 – é muito elevada na região, a alta nos preços das *commodities* vinha compensando a diminuição no volume exportado. Porém, o atual quadro de crise pode implicar em uma inversão dessa tendência de valorização. No Brasil, o prognóstico do estudo já pode ser observado na queda de preços dos produtos básicos, como pode ser verificado nos últimos números publicados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Ver Pontes Quinzenal, Vol. 3, No. 19, disponível em: <http://www.direitogv.com.br/subportais/publicação/PQ_3-19.pdf>).

Além de recomendar a implementação de políticas macroeconômicas austeras, o estudo ressalta que a intensificação do intercâmbio comercial intra-regional deve apresentar-se como alternativa ao esfriamento na demanda dos EUA, Europa e Japão. O relatório destacou o Mercosul como importante fonte de desenvolvimento do comércio latino-americano nos próximos anos. O bloco deve ter sua relevância aumentada frente ao atual cenário de crise, cuja previsão de recuperação resta incerta.

Reportagem Equipe Pontes.

Fontes consultadas:

Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. *Panorama da Inserção Internacional da América Latina e do Caribe*. (___/10/2008). Disponível em: <<http://www.eclac.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/9/34329/P34329.xml&xsl=/comercio/tpl/p9f.xsl&base=/brasil/tpl/top-bottom.xsl>>. Acesso em: 03 nov. 2008.

Plano Nacional sobre Mudança do Clima recebe críticas de ONGs ambientais

Sob duras críticas de representantes da sociedade civil, o Plano Nacional sobre Mudança do Clima teve seu período de consulta pública encerrado. A iniciativa, que começou a ser debatida por agentes governamentais em 2007 e publicada em setembro de 2008, não teve a receptividade esperada pelo Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc.

Em documento entregue a Minc no último 29 de outubro, os representantes das principais entidades ambientais do Brasil destacam que o sistema de consulta pública constitui um sinal positivo e que deve ser mantido. Paulo Prado, diretor de Política Ambiental da organização não-governamental Conservação Internacional, reconhece que “é louvável que o processo esteja ocorrendo de forma democrática”, uma vez que a prática de consulta pública não era comum em governos anteriores.

No entanto, muitas ONGs criticam o prazo definido pelo governo federal para a consulta pública e a ausência de metas para temas de relevância, como a redução das emissões de gases de efeito estufa (GEEs).

Estrutura do Plano Nacional sobre Mudança do Clima

A idéia do Plano Nacional sobre Mudança do Clima foi tornada pública pela primeira vez em setembro de 2007, por ocasião da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). Em seu discurso, o Presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, anunciou o lançamento do então Plano de Enfrentamento às Mudanças Climáticas, que tinha no combate ao desmatamento e proteção da Amazônia seu objetivo central. O Plano foi apresentado como uma iniciativa que visa à consolidação dos esforços do Brasil, um dos países que mais contribuiu voluntariamente nos últimos anos para a diminuição da emissão de GEEs, para manter e ampliar sua contribuição no longo prazo.

O Plano Nacional sobre Mudança do Clima resultou das atividades, iniciadas ainda em 2007, de grupos de trabalho temáticos que desenvolveram análises sobre temas como energia e florestas, apontados como os principais responsáveis pela emissão de GEEs no país.

Em 2007, o Plano teve seu nome modificado para Plano Nacional sobre Mudança do Clima, instituído pelo Decreto nº 6.263, que também marcou a criação do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM), formado por representantes de 16 ministérios e por integrantes do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas (FBMC), todos sob a coordenação da Casa

Civil. Com base nos debates no âmbito dos grupos de trabalho, o CIM elaborou o Plano com quatro eixos estratégicos: (i) redução de emissões de GEEs; (ii) adaptação aos efeitos das mudanças climáticas; (iii) pesquisa e desenvolvimento; e (iv) divulgação e capacitação.

Dentre os diversos temas abordados pelo Plano, destacam-se: energias limpas e renováveis e eficiência energética. Quanto ao primeiro, além da meta da contribuição para o aumento da participação de fontes renováveis e de energias limpas na matriz energética brasileira, estão previstas ações como: incentivo à redução do consumo; redução de emissão de GEEs no setor petrolífero, gestão de resíduos e melhorias no setor de transportes, entre outras.

No que tange à eficiência energética, destaca-se a meta de substituir 10 milhões de geladeiras antigas por novos modelos até 2019. Segundo Carlos Minc, a medida pode “reduzir em mais de 7 milhões de toneladas de dióxido de carbono a emissão de gases pela não geração da energia elétrica, além da retirada de cerca de cinco milhões de toneladas de CFC, gás nocivo à camada de ozônio”.

Consulta pública

Após a publicação do Plano Nacional sobre Mudança do Clima, foi inaugurada a etapa de consulta pública, durante a qual o setor público e a sociedade civil puderam enviar sugestões de modificação e pareceres referentes ao Plano até 31 de outubro.

De acordo com informações disponibilizadas no sítio eletrônico do MMA, “pretende-se que o Plano resultante dessa etapa seja, além de uma primeira referência institucional em nível nacional a orientar políticas públicas e atividades privadas, um instrumento dinâmico que, mediante revisões periódicas, aperfeiçoe continuamente o compromisso da sociedade brasileira em superar os desafios associados à mudança global do clima”.

Além de disponibilizar o documento na Internet, a etapa de consulta contou com alguns eventos que buscaram coordenar e consolidar os posicionamentos das diferentes entidades da sociedade civil. Dentre estes, destacam-se a III Conferência Nacional do Meio-Ambiente e os Diálogos Setoriais promovidos pelo FBMC.

Em 29 de outubro, representantes das principais entidades ambientalistas do país – entre elas, SOS Mata Atlântica, Instituto Socioambiental, Fundação O Boticário, Greenpeace e Instituto de Pesquisa da Amazônia – enviaram ao Ministro do Meio-Ambiente um documento que identifica 14 deficiências no

conteúdo do Plano Nacional sobre Mudança do Clima, como a falta de metas para a redução de GEEs.

Esta crítica integra uma insatisfação mais ampla quanto ao baixo grau de ambição do Plano como um todo, ponto sobre o qual insistiram as organizações ambientais. “Fomos surpreendidos durante a consulta pública, pois o plano na verdade não é um plano. Não tem objetivos, não tem prazos, não tem estratégias. É um amontoado de intenções”, afirma o diretor de Política Ambiental da ONG Conservação Internacional. Para Marcelo Furtado, diretor executivo do Greenpeace, trata-se de “um plano tímido, sem senso de urgência nenhum, sem ações inovadoras” e corresponde a “uma colagem do que o governo já vem fazendo”.

Além disso, o documento critica o prazo definido para o envio de pareceres e contra-propostas ao Plano Nacional sobre Mudança do Clima. O prazo de um mês foi considerado demasiado exíguo para que o Plano fosse devidamente debatido e para que uma contra-proposta unificada pudesse ser formulada. Representantes do governo defenderam que o prazo é necessário à apresentação de uma versão mais desenvolvida do Plano na Conferência do Clima da ONU, que será realizada em dezembro, na Polônia.

Reportagem Equipe Pontes

Fontes consultadas:

Agência Brasil. *Plano de mudanças climáticas tem conclusão prevista para 2009*. (05/10/2007). Disponível em: <<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/10/05/materia.2007-10-05.0014006310/view>>. Acesso em: 8 nov. 2008.

Agência Brasil. *Lula propõe na ONU realização de conferência ambiental 20 anos depois da Rio-92*. (25/09/2007). Disponível em: <<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/09/25/materia.2007-09-25.1585889795/view>>. Acesso em: 8 nov. 2008.

Agência Fapesp. *Plano Nacional de Mudança Climática é apresentado*. (29/09/2008). Disponível em: <<http://www.agencia.fapesp.br/materia/9497/noticias/plano-nacional-de-mudanca-climatica-e-apresentado.htm>>. Acesso em: 8 nov. 2008.

Governo Federal, Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima. *Plano Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC)*. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/169/_arquivos/169_29092008073244.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2008.

O Estado de São Paulo. *ONGs querem que Plano Nacional de Mudanças Climáticas seja revisto*. (29/10/2008). Acesso em: 8 nov. 2008.

Presidência da República, Casa Civil. *Decreto N. 6263*. (21/11/2007). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6263.htm>. Acesso em: 8 nov. 2008.

Presidência da República. *Lula assina decreto: Plano Nacional sobre Mudança do Clima*. (26/11/2007). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6263.htm>. Acesso em: 8 nov. 2008.

Ministério do Meio-Ambiente. *Plano Nacional sobre Mudança do Clima*. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=169>>. Acesso em: 5 nov. 2008.

Valor Econômico. *Entidades pedem novo plano para mudanças climáticas*. (29/10/2008). Acesso em: 8 nov. 2008.

BREVES MULTILATERAIS

Continua controvérsia sobre têxteis chineses

A proximidade do fim do regime de quotas dos Estados Unidos da América (EUA) e da União Européia (UE) para produtos têxteis chineses pode representar o início de uma nova disputa no comércio internacional. A China esperar cooperar com seus parceiros comerciais na questão, mas os EUA declararam já terem dado início aos preparativos para uma potencial reclamação perante o Órgão de Solução de Controvérsias da OMC.

As quotas dos EUA e Europa para exportações de têxteis e vestuário chineses expiram em 31 de dezembro. Conforme a data se aproxima, a China procura estabelecer um diálogo com seus dois maiores parceiros comerciais, a fim de facilitar a transição a um comércio mais liberal para seus produtos a partir de 2009. Em documento dirigido à imprensa em 26 de outubro, o Ministro de Comércio da China declarou que o país dialogaria com países relevantes para garantir uma transição suave e criar um ambiente favorável às exportações de seus produtos têxteis.

Os EUA, entretanto, mostram-se relutantes em eliminar sua quotas e enfrentar, como consequência, um possível surto de importações chinesas. A demanda

mundial por têxteis tem enfraquecido em virtude da crise financeira mundial.

A representante de comércio estadunidense, Susan Schwab, informou a Elizabeth Dole, Senadora da Carolina do Norte, ter feito um apelo ao governo chinês para que o país remova rapidamente os subsídios aos têxteis, os quais parecem estar em desconformidade com o regime da OMC. Ainda de acordo com Susan, caso a China recuse-se a atender o pedido, os EUA podem iniciar uma disputa na instância multilateral, já em preparação pelo seu departamento.

A perspectiva de uma entrada massiva de produtos chineses baratos preocupa os fabricantes estadunidenses e europeus, mas a China promete trabalhar com os produtores domésticos para manter seus níveis de exportação estáveis e sustentáveis após o fim do regime de quotas.

De acordo com o protocolo para a acessão da China à OMC, os Membros da Organização podiam manter restrições à importação de têxteis chineses até o final de 2004. Porém, esse prazo não foi suficientemente longo para EUA e UE, que alegaram que o fim do sistema de quotas causa graves prejuízos a seus mercados e indústrias.

Em 2005, os EUA e a UE assinaram acordos individuais com a China, de acordo com os quais estipularam quotas de exportação para diferentes categorias de têxteis, como camisetas, roupas íntimas e tecidos de cama. Tais acordos permitiram que as importações crescessem entre 10% e 17% ao ano.

As exportações de têxteis chinesas totalizaram US\$ 171 bilhões em 2007. Porém, nos nove primeiros meses deste ano, registrou-se apenas US\$ 137 bilhões, uma diminuição de 12% em relação ao período anterior. O principal mercado das roupas chinesas são Hong Kong, Japão, os EUA e a UE.

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em *Bridges Weekly Trade News Digest*, Vol. 12, No. 37, 6 nov. 2008.

China e Cingapura firmam acordo de livre comércio

A China assinou, em 23 de outubro, seu primeiro acordo comercial com um país asiático. Os primeiros ministros da China, Wen Jiabao, e de Cingapura, Lee Hsien Loong, reuniram-se em Pequim para a assinatura do Tratado de Livre Comércio (TLC) China-Cingapura, que entrará em vigor em 1º de janeiro em

2009, quando ambas as partes terão cumprido as exigências legislativas.

O governo de Cingapura declarou que espera que o TLC contribua para o aumento das relações econômicas e políticas entre os dois países, e que o acordo pode constituir um importante passo na direção do estabelecimento de uma zona de livre comércio entre a China e a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN, sigla em inglês).

Para Loong, o acordo poderá ampliar o acesso de Cingapura ao amplo mercado chinês, além de impulsionar as relações bilaterais de comércio e investimento, tendo em vista o fato da China ser um dos maiores mercados do mundo, com um acelerado ritmo de crescimento.

O abrangente TLC cobre temas como comércio de bens e serviços, regras de origem, comércio de remédios, medidas sanitárias, barreiras técnicas ao comércio, procedimentos alfandegários, cooperação econômica e solução de disputas, entre outros.

O acordo comercial estabelece que as tarifas serão eliminadas em mais de 85% dos bens de Cingapura exportados à China após a entrada em vigor do TLC; 10% dos demais bens terão sua tarifa eliminada até 2010. Segundo representantes chineses, 97,1% dos bens de Cingapura serão isentos de tarifa de importação até o início de 2012. Embora preveja-se a exclusão de 260 bens específicos do acordo, os produtos-chave no escopo do TLC incluem petroquímicos, alimentos processados e produtos elétricos. Na outra via, Cingapura eliminará todas as tarifas aplicadas a exportações chinesas assim que o acordo entrar em vigor.

As negociações do TLC começaram em outubro de 2006, após estudo elaborado pelo Grupo de Especialistas Conjunto China-Cingapura sobre a possibilidade de um acordo comercial entre os dois países. Depois de oito rodadas, as negociações foram concluídas em 3 de setembro.

De acordo com o Ministro de Comércio e Indústria de Cingapura, em 2007 o comércio bilateral entre os dois países chegou a US\$ 62 bilhões. A China constitui o terceiro maior parceiro comercial de Cingapura, além de ser o principal destino de investimentos. Cingapura, por sua vez, é o oitavo maior parceiro comercial da China.

Atualmente, Pequim encontra-se em processo de negociação comercial com Austrália, Japão, Coréia do Sul, Rússia e vários Estados asiáticos centrais. No nível regional, Pequim objetiva estabelecer a maior

zona de livre comércio por meio de um acordo junto aos 10 membros da ASEAN.

Tradução e adaptação de texto originalmente publicado em *Bridges Weekly Trade News Digest*, Vol. 12, No. 36, 30 out. 2008.

A OMC publicou decisão sobre o contencioso EUA-China sobre a aplicação de direitos de propriedade intelectual. Ainda confidencial, a decisão temporária, veiculada na semana retrasada, refuta o argumento de Washington de que Pequim estaria errada ao permitir o comércio de um determinado número de produtos piratas sem a condenação do Estado.

Os Estados Unidos da América (EUA) argumentam que a China teria violado o Acordo da OMC sobre Aspectos da Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPs, sigla em inglês), ao permitir que “piratas” em posse de até 500 itens pirateados não fossem penalizados criminalmente (o nível de tolerância foi diminuído de 1000 para 500 itens pouco tempo antes dos EUA ingressarem com a ação na OMC).

Washington afirma, ainda, que a margem de 500 itens pirateados é excessivamente alta para um efetivo combate a violações de direitos autorais, uma vez que permite o comércio em larga escala de filmes e músicas piratas diante da simples ameaça de uma multa ou sanção administrativa.

O relatório do painel não chega a aceitar as medidas chinesas, mas conclui que os EUA não conseguiram provar que as políticas chinesas são pouco exigentes ao ponto de permitir a pirataria e a contrafação “em escala comercial”. O acordo TRIPs não oferece uma definição específica para o termo.

Fontes da imprensa relataram, entretanto, que o painel foi largamente favorável a dois outros pedidos estadunidenses: (i) a decisão teria entendido que a China violou o acordo TRIPs ao recusar-se a proteger os direitos de propriedade intelectual para determinados bens; e (ii) o painel também teria concordado com a afirmação de que o governo chinês erra ao leiloar bens pirateados apreendidos.

Os EUA pediram a instalação do painel sobre questões relacionadas à pirataria em abril de 2007, alegando que a China não se esforçava para assegurar a proteção da propriedade intelectual a uma vasta gama de produtos, como livros, CDs e DVDs. Por sua vez, a China criticou duramente os EUA por promover a demanda perante a OMC, afirmando que os dois países deveriam ter resolvido a questão em um contexto menos formal.

Ainda que a recente decisão da OMC seja apenas temporária – e possa ainda ser questionada – a maioria

dos julgamentos finais apresentados pelos painéis da OMC não apresentam diferenças significativas em relação aos relatórios provisionais.

Tradução de texto originalmente publicado em *Bridges Weekly Trade News Digest*, Vol. 12, No. 34, 16 out. 2008.

BREVES REGIONAIS

Cúpula ibero-americana: crise financeira no centro das atenções

Apesar da reunião entre os países ibero-americanos ter como objetivo discutir ações que atendam às necessidades dos jovens, o grande foco da cúpula deste ano foi a crise financeira. Neste sentido, decidiu-se apoiar a participação da Espanha na próxima reunião do G20 (coalizão de finanças), especialmente convocada para “refundar o capitalismo” e incentivar a participação universal na busca de uma solução para a crise.

Declaração para a juventude

A Declaração de São Salvador, marco da XVIII Cúpula Ibero-americana ocorrida em São Salvador entre os dias 29 e 31 de outubro, abordou uma série de temas caros ao bem-estar dos jovens, como o direito ao acesso e à permanência no sistema de educação e a criação de políticas públicas que promovam a formação em tecnologia da informação e da comunicação. Cabe ressaltar que nenhuma das ações vem acompanhada de um instrumento que permita executar ou torne mandatório aquilo que foi acordado, com exceção do Projeto “Tecnologias da Informação, Conhecimento e Coesão Social (TIC)”.

Temas paralelos geram maior interesse

A discussão da crise financeira ofuscou a agenda oficial prevista. Ficou muito claro que a presença da Espanha no evento não estava relacionada ao tema juventude, mas sim ao desejo da Cúpula de formar um consenso ibero-americano financeiro, em especial no que tange aos três membros do G-20, Argentina, Brasil e México. A Espanha não faz parte do G20 e, portanto, não é formalmente convidada a participar de suas reuniões, mas tem recebido o apoio de alguns de seus membros, como China, França e Grã Bretanha e, recentemente, dos países latino-americanos mencionados acima.

Além da Declaração Oficial da Cúpula ibero-americana, outros documentos oficiais também foram publicados, entre eles um Comunicado Especial sobre a conjuntura econômica mundial. Neste comunicado, os governos

recordaram a responsabilidade dos países desenvolvidos (PDs) na atual crise e enfatizaram a necessidade de que a comunidade ibero-americana faça parte da solução encontrada. O Presidente brasileiro, Luis Inácio Lula da Silva, afirmou, em comunicado oficial publicado dias antes da conferência, que a crise é de responsabilidade exclusiva dos PDs, mas que seus efeitos atingem todas as nações.

No documento oficial da Cúpula, os mandatários expressaram seu interesse em intervir ativamente no que chamaram de “uma transformação profunda e ampla na arquitetura financeira internacional”.

No que diz respeito ao comércio, o comunicado menciona sua relação com as finanças e urge a comunidade internacional a concluir a Rodada Doha tomando em consideração os interesses dos PEDs e eliminando as práticas que distorcem o comércio.

Bloqueio a Cuba

Os chefes de estado dos governos ibero-americanos também discutiram a mais recente resolução adotada pela Assembléia Geral das Nações Unidas, em 29 de outubro passado, que repudia o bloqueio estadunidense a Cuba. Por meio de um Comunicado Especial, manifestaram sua oposição ao bloqueio e pediram ao governo dos Estados Unidos da América (EUA) que coloque um fim a tais medidas coercitivas e unilaterais.

Tradução de artigo originalmente publicado em *Puentes Quincenal* vol. 5, no. 20, 4 nov. 2008

Mercosul propõe mais comércio e menos restrições para superar crise

Um aumento nos fluxos de comércio intra-regional e a conclusão “equilibrada” da Rodada Doha podem compensar as perdas que o Mercosul sofrerá com a redução de suas exportações aos EUA e aos países da União Européia, provocada pela crise financeira. Foi esta a conclusão geral da VII Reunião Extraordinária do Conselho do Mercado Comum (CMC) do Mercosul, celebrada em Brasília, no último 27 de outubro.

Durante a reunião, o Chanceler argentino, Jorge Taiana, propôs várias medidas protecionistas como resposta à crise. Sua iniciativa, contudo, foi criticada por seus pares do Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. Dentre as demandas apresentadas por Taiana estavam o incremento da alíquota da Tarifa Externa Comum (TEC) e, em particular, o aumento das tarifas incidentes sobre bens de capital, além da criação de uma “comissão de monitoramento do comércio”, cujo

principal objetivo seria supervisionar os fluxos comerciais e determinar se os mesmos afetam os níveis de produção e emprego.

Diante de tais propostas, o Chanceler chileno, Alejandro Foxley, afirmou que o pior que poderia acontecer à região é a utilização da presente crise como desculpa para a reintrodução das políticas de cunho protecionista empregadas nos anos 60. Para Foxley, isto apenas criaria barreiras às economias e não resolveria os problemas. Seu homólogo brasileiro, Celso Amorim, afirmou que o bloco já possui mecanismos para alterar tarifas, ressaltando que a resposta à crise financeira não pode ser o protecionismo direcionado ao próprio Mercosul.

A reunião também serviu para que Uruguai e Venezuela definissem os detalhes de um acordo que objetiva agilizar o comércio bilateral. Em função deste acordo, a partir das próximas semanas 214 produtos uruguaios estarão isentos de tarifas no mercado venezuelano. Dentre tais produtos encontram-se mais de 100 medicamentos veterinários, produtos lácteos, vinhos e determinados cortes de carne.

No que tange ao curso da crise financeira, o grupo recomendou que se prossiga com a observação dos possíveis impactos nos mercados financeiros, em especial no que tange aos níveis de emprego e de produção. Os líderes presentes concordaram quanto à necessidade de uma reforma profunda e ampla da arquitetura financeira internacional, bem como de aperfeiçoar a regulação dos mercados de capitais.

Os ministros reunidos concordaram que, em função das sólidas bases macroeconômicas do Mercosul, a região estaria muito melhor preparada para enfrentar a crise do que em outros tempos. Além do incremento do comércio intra-regional, a adoção de mecanismos de integração financeira e o uso de moedas locais para o intercâmbio comercial foram propostos como possíveis medidas para a proteção do bloco contra a crise. Mencionou-se, de modo concreto, a necessidade da imediata implantação do Banco do Sul e da criação de um “sistema financeiro do sul”.

A próxima reunião deve ocorrer em 15 de dezembro.

Tradução e adaptação de texto originalmente publicado em *Puentes Quincenal*, Vol. 5, N. 20, 4 nov. 2008.

EVENTOS

Fóruns Multilaterais

OMC

Local: Genebra, Suíça.

Informações:

<http://www.wto.org/meets_public/meets_e.pdf>

10 a 12 de novembro

Reunião do Mecanismo de Exame de Políticas Comerciais – Jordânia

10 de novembro

Reunião do Comitê sobre comércio de aeronaves civis

10 de novembro

Reunião do Órgão de Solução de Controvérsias

17 de novembro

Reunião do Comitê de orçamento, finanças e administração

18 de novembro

Reunião do Conselho para o comércio de bens

UNCTAD

Informações:

<<http://www.unctad.org/Templates/StartPage.asp?intltemID=2068>>

10 a 14 de novembro

Workshop sobre o ensino e a pesquisa sobre aspectos econômicos e legais dos Acordos Internacionais de Investimentos.

Local: Kampala, Uganda.

10 a 28 de novembro

Encontro de capacitação de em gestão portuária moderna.

Local: Gijón, Espanha.

12 a 14 de novembro

Painel entre-sessões CSTD 2008-2009

Local: Santiago, Chile.

13 de novembro

XLVI Sessão executiva da Diretoria para Comércio e Desenvolvimento

Local: Genebra, Suíça.

20 e 21 de novembro

Reunião dos diretores da EMPRETEC – 2008

Local: São Paulo, Brasil.

Fóruns Regionais**Mercosul**

Informações:

<<http://www.mercosul.gov.br/calendario-1>>

10 e 11 de novembro

Reunião da Comissão Regional Coordenadora de Educação Básica

Local: Foz do Iguaçu, Brasil.

10 a 12 de novembro

XIV Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos e Chancelarias do Mercosul (RAADH)

Local: Brasília, Brasil.

10 a 14 de novembro

XXXIV Reunião Ordinária do SGT 3

Local: Rio de Janeiro, Brasil.

11 de novembro

Reunião da Comissão Inter-governamental de Saúde e Desenvolvimento

Local: Brasília, Brasil.

11 de novembro

Reunião do Grupo de Alto Nível para a Formação do Espaço Regional de Educação Superior

Local: Foz do Iguaçu, Brasil.

11 e 12 de novembro

Reunião da Comissão Técnica de Patrimônio Cultural

Local: Manaus, Brasil.

11 e 12 de novembro

LXXVI Reunião Ordinária do Comitê de Cooperação Técnica do Mercosul (CCT)

Local: Brasília, Brasil.

11 a 13 de novembro

Reunião do Comitê Técnico nº 3 - Normas e Disciplinas Comerciais

Local: Brasília, Brasil.

11 a 13 de novembro

Reunião Mercosul-Turquia

Local: Ancara, Turquia.

11 a 13 de novembro

XXXIII Reunião Ordinária de Coordenadores do Subgrupo de Trabalho Nº 8 "Agricultura" do Mercosul

Local: Brasília, Brasil.

11 a 13 de novembro
CV CCM - Reunião Ordinária da Comissão de Comércio do Mercosul
Local: Montevidéu, Uruguai.

12 de novembro
Reunião da Comissão Inter-governamental HIV-AIDS
Local: Brasília, Brasil.

12 de novembro
IV Reunião do Comitê Consultivo do Projeto de Cooperação Mercosul - União Européia
Local: Brasília, Brasil.

12 e 13 de novembro
XLVI Reunião Ordinária do Subgrupo de Trabalho Nº 6 - Meio Ambiente / Mercosul (SGT 6)
Local: Rio de Janeiro, Brasil.

12 e 13 de novembro
Reunião da Comissão Regional Coordenadora de Educação Superior (CRC-ES)
Local: Foz do Iguaçu, Brasil.

12 e 13 de novembro
Reunião das Agências Nacionais de Acreditação (RANA)
Local: Foz do Iguaçu, Brasil.

13 de novembro
Reunião da CI de Saúde Ambiental e do Trabalhador
Local: Brasília, Brasil.

13 de novembro
Reunião do Núcleo de Estudos e Investigações em Educação Superior
Local: Foz do Iguaçu, Brasil.

14 de novembro
Seminário de Mídia Pública e Direitos Humanos no Mercosul
Local: Brasília, Brasil.

14 de novembro
IX Reunião de Ministros do Meio Ambiente do Mercosul
Local: Rio de Janeiro, Brasil.

14 de novembro
Reunião Especializada de Defensores Públicos Oficiais do Mercosul (REDPO)
Local: Rio de Janeiro, Brasil.

14 de novembro
"VI Reunião Especializada de Ministérios Públicos do MERCOSUL"
Local: Brasília, Brasil.

14 de novembro
Reunião Conjunta da Comissão Regional Coordenadora de Educação Superior e do Núcleo de Investigações em Educação Superior
Local: Foz do Iguaçu, Brasil.

14 de novembro
Reunião Conjunta da Comissão Regional Coordenadora de Educação Superior e Agências Nacionais de Acreditação
Local: Foz do Iguaçu, Brasil.

16 a 22 de novembro
I Jornada Científica de Educação Tecnológica do MERCOSUL
Local: Caracas, Venezuela.

17 de novembro
XXI Reunião do Grupo de Assuntos Orçamentários (GAO)
Local: Montevidéu, Uruguai.

17 de novembro
Reunião de Ministros e Autoridades de Desenvolvimento Social - RMADS
Local: Brasília, Brasil.

17 de novembro
Reunião de Ministros e Autoridades de Desenvolvimento Social - RMADS
Local: Brasília, Brasil.

17 de novembro
XVIII Reunião do Grupo de Alto Nível para Reforma Institucional (GANRI)
Local: Brasília, Brasil.

17 e 18 de novembro
Reunião de Agências Nacionais de Acreditação (RANA)
Local: Brasília, Brasil.

17 e 18 de novembro
XIX Reunião da Comissão Administradora do ACE 35 / Mercosul - Chile
Local: Montevidéu, Uruguai.

17 a 19 de novembro
Foro Especializado Migratório da Reunião de Ministros do Interior do Mercosul (FEM/RMI)
Local: Porto Alegre, Brasil.

17 a 19 de novembro
GTE sobre Informática e Comunicações da Reunião de Ministros do Interior do Mercosul (INF/RMI)
Local: Porto Alegre, Brasil.

17 a 19 de novembro
GTE em Capacitação da Reunião de Ministros do Interior do Mercosul (CAP/RMI)
Local: Porto Alegre, Brasil.

17 a 19 de novembro
XVII Reunião do Grupo Ad Hoc de Especialistas do FOCEM
Local: Montevideú, Uruguai.

17 a 21 de novembro
Reunião do Subgrupo de Trabalho nº 4 (SGT 4) - Assuntos Financeiros
Local: Rio de Janeiro, Brasil.

18 e 19 de novembro
Reunião do Subgrupo de Trabalho nº 12 (SGT 12) - Investimentos
Local: Brasília, Brasil.

18 a 20 de novembro
Reunião do Comitê Técnico de Normas e Disciplinas Comerciais do Mercosul
Local: Brasília, Brasil.

18 a 20 de novembro
Comissão Técnica da Reunião de Ministros da Justiça do Mercosul (CT/RMJ)
Local: Porto Alegre, Brasil.

18 a 20 de novembro
Comissão Técnica da Reunião de Ministros do Interior do Mercosul (CT/RMI)
Local: Porto Alegre, Brasil.

18 a 20 de novembro
LXVII Reunião do Comitê Coordenador Regional
Local: Foz do Iguaçu, Brasil.

19 e 20 de novembro
Conferência Internacional de Monitoramento das ODM (4, 5 e 6) dos Países Latino - Americanos e de Língua Portuguesa
Local: Rio de Janeiro, Brasil.

19 e 20 de novembro
Reunião do Subgrupo de Trabalho nº 9 (SGT 9) - Energia
Local: Brasília, Brasil.

19 a 21 de novembro
Reunião Preparatória do LXXIV GMC
Local: Brasília, Brasil.

21 de novembro
XXXV Reunião de Ministros de Educação
Local: Foz do Iguaçu, Brasil.

21 de novembro
Reunião Mercosul - Caricom
Local: Brasília, Brasil.

21 de novembro
XXX Reunião de Ministros da Justiça do Mercosul
Local: Porto Alegre, Brasil.

21 de novembro
XXIV Reunião de Ministros do Interior do Mercosul
Local: Porto Alegre, Brasil.

CEPAL

Informações:
<<http://www.cepal.org/noticias/calendarioactividades/default.asp?mes=11&agno=2008>>

Local: Santiago, Chile

10 de novembro
Seminário Infraestrutura 2020: Avanços, déficits e desafios

11 de novembro
Seminário-oficina "Comércio de serviços nos países membros da ALADI: Interface entre os acordos multilaterais e regionais e os objetivos de desenvolvimento do milênio. Perspectivas da América Latina e do Caribe".

12 de novembro
Reunião da Comissão das Nações Unidas sobre Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento

17 de novembro
Seminário-oficina "Parcerias público-privadas na proteção de bosques: boas práticas e perspectivas"

17 de novembro
Os desafios da inovação e a formação de recursos humanos na perspectiva da equidade

18 de novembro
Seminário "Serviços empresariais à distância na América Latina e Caribe"

19 de novembro
Seminário-oficina "Censo 2010 e a inclusão do enfoque étnico"

OCDE

Informações:
<http://www.oecd.org/document/49/0,3343,en_2649_34487_32618737_1_1_1_1,00.html>

10 de novembro
Seminário sobre o meio-ambiente e a proteção climática
Local: Berlim, Alemanha.

10 de novembro
Divulgação das estatísticas OCDE: dados padronizados sobre o nível de desemprego

12 de novembro
Fórum global sobre desenvolvimento sustentável: "Transporte e meio-ambiente no mundo globalizado"
Local:Guadalajara, México.

12 de novembro
Divulgação da publicação "World Energy Outlook"

12 e 13 de novembro
Reunião dos Ministros de Finanças e Assuntos Estrangeiros dos países da África, Caribe e Pacífico (ACP)
Local:Bruxelas, Bélgica.

13 e 14 de novembro
Conferência do Banco Central Europeu
Local: Frankfurt, Alemanha

15 a 17 de novembro
Dias do desenvolvimento europeu
Local: Estrasburgo, França.

16 a 18 de novembro
Cimeira econômica sobre a Índia
Local: Nova Délhi, Índia.

17 e 18 de novembro
XI Fórum de parceria com a África
Local: Addis Abeba, Etiópia.

18 e 19 de novembro
Conferência "Inovação e crescimento sustentado no contexto do mundo globalizado"
Local: Paris, França.

19 de novembro
Divulgação da pesquisa econômica sobre a Espanha
Local: Madrid, Espanha.

INFORMAÇÕES ÚTEIS

Negociações agrícolas na OMC foram suspensas até 17 de novembro

O presidente das negociações agrícolas da OMC, Crawford Falconer, suspendeu as reuniões do comitê até 17 de novembro, sob o argumento de que os

membros precisam de mais tempo para analisar temas complexos como quotas tarifárias, simplificação tarifária e mecanismos de salvaguardas especiais. Após uma série de consultas informais junto aos Membros da OMC, Falconer concluiu que, embora tenha identificado disposição em dinamizar as negociações, não houve movimentos significativos nessa direção. Para mais informações, ver: *Bridges Weekly Trade News Digest*, Vol. 12, No. 37, 6 nov. 2008, disponível em: <<http://ictsd.net/news/bridgesweekly/>>.

CEBRI organiza evento sobre mudanças climáticas

O Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) promoverá, em 13 de novembro, o seminário intitulado "Mudanças Climáticas, Segurança Energética e Alimentar". A programação do evento contará com quatro painéis: "Mudanças Climáticas – Amazônia, problemas ambientais e proteção da biomassa"; "Segurança Energética – energias renováveis e biocombustíveis"; "Segurança Alimentar – disponibilidade, preços e distribuição de alimentos"; e "Sustentabilidade e Governança". O seminário ocorrerá nas instalações do CEBRI, localizado à Rua do Russel, 270, 2º andar, bairro da Glória. As inscrições podem ser feitas por e-mail: <eventos@cebri.org.br>. Para mais informações, telefone para: +55-21-2219-4469.

CEDEC promove evento sobre crise na Bolívia

O Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC) promoverá o seminário "A crise política boliviana e a nova Constituição", que terá como expositores Sebastião Velasco e Cruz e Andrei Köerner, professores de Ciência Política da Universidade de Campinas (Unicamp). O evento ocorrerá em 14 de novembro, às 16h, no CEDEC, à Rua Airosa Galvão, 64, Água Branca. Para mais informações sobre o Centro e o evento, ver: <<http://www.cedec.org.br>>.

Palestra da UNESP abordará atores sub-nacionais no Cone Sul

A Universidade do Estado de São Paulo (UNESP) promoverá a palestra "Los actores subnacionales en el escenario regional: la relación entre las provincias argentinas y el Estado Federal en el marco del MERCOSUR" será proferida por Damián Paikin, professor da Universidade de Buenos Aires e bolsista doutoral do Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Tecnológicas (CONICET, sigla em espanhol). O evento ocorrerá em 25 de novembro, às 10h, na Praça da Sé, 108, 3º andar. As inscrições são gratuitas e podem ser feitas por e-mail: <relinter@reitoria.unesp.br>.

OMC publica relatório sobre disputa envolvendo EUA e México

A arbitragem da OMC publicou, em 31 de outubro, relatório sobre a disputa entre México e EUA sobre aço inoxidável, intitulado *Unites States – final anti-dumping measures on stainless steel from México* (DS344). O relatório define prazo para que os EUA implementem as recomendações e decisões do Órgão de Solução de Disputas. O documento encontra-se disponível em: <http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/344_15_rb_e.pdf>.

Bolsas de pós-graduação no Canadá

O governo canadense lançou, recentemente, o Programa Vanier de Bolsas de Pós-Graduação, destinado a estudantes de doutorado de todo o mundo que demonstrem liderança e excelente desempenho acadêmico nas áreas de ciências sociais e humanas, ciências naturais, engenharia e saúde. O Programa constitui uma iniciativa de três agências de fomento à pesquisa no Canadá: Conselho de Pesquisa em Ciências Sociais e Humanas (SSHRC, sigla em inglês), o Conselho de Pesquisa em Ciências Naturais e Engenharia (NSERC, sigla em inglês) e os Institutos de Pesquisa em Saúde do Canadá (CIHR, sigla em inglês). O valor da bolsa foi estabelecido em 50 mil dólares canadenses anuais, durante três anos. O prazo de inscrição encerra-se em 14 de novembro de 2008 para bolsas com recursos do CIHR e NSERC. Bolsas financiadas com recursos do SSHRC, os prazos de inscrição serão definidos pelas universidades canadenses nas quais o interessado se candidatar. Para mais informações sobre o programa e o processo de seleção, ver: <www.vanier-cgs-bes.gc.ca>.

Governo canadense procura pesquisadores de nível internacional

Três agências canadenses – Conselho de Pesquisa em Ciências Sociais e Humanas, Conselho de Pesquisa em Ciências Naturais e Engenharia e Institutos de Pesquisa em Saúde do Canadá –, em parceria com o governo canadense, lançaram recentemente o Programa de Cadeiras de Excelência em Pesquisa do Canadá (CERC, sigla em inglês) com o objetivo de premiar pesquisadores talentosos e de nível internacional. O programa concederá a 20 detentores de uma cadeira de pesquisa e à sua equipe recursos de até 10 milhões de dólares canadenses durante sete anos. O CERC pretende atrair às universidades canadenses pesquisadores talentosos das áreas consideradas estratégicas pelo governo: ciências e tecnologias do meio-ambiente; energia e recursos naturais; saúde e tecnologias relacionadas às ciências da vida; e tecnologias de informação e comunicação. As propostas devem ser encaminhadas até 28 de

novembro. Para mais informações, ver: <<http://www.cerc.gc.ca/cpov-pcap-eng.shtml>>.

Berlim terá workshops sobre governança urbana

A décima edição do evento “Mesas-redondas sobre Transnacionalismo de Berlim” (*Berlin Roundtables on Transnationality*) ocorrerá entre 18 a 23 de março de 2009 e terá como tema “Governança urbana: inovação, insegurança e o poder da religião”. Os interessados em participar devem enviar seus *papers* até 15 de dezembro de 2008. Os três melhores trabalhos receberão o prêmio Irmgard Coninx, oferecido, em conjunto, por: Fundação Irmgard Coninx, Centro de Pesquisa de Ciências Sociais de Berlim (WZB, sigla em alemão) e Universidade Humboldt de Berlim. Os autores dos 50 melhores trabalhos serão convidados para participar do workshop, no qual debaterão seus estudos em uma das mesas coordenadas pelos seguintes professores: Harald A. Mieg (Departamento de Geografia da Universidade Humboldt de Berlim); Gunnar Folke Schuppert (Departamento de Direito, WZB) e José Casanova (Departamento de Sociologia, Universidade de Georgetown). Os custos referentes à viagem e acomodação serão cobertos pela Fundação Irmgard Coninx. Para mais informações, entrar em contato via e-mail (<info@irmgard-coninx-stiftung.de>) ou acessar o site: <www.irmgard-coninx-stiftung.de>.

Cursos de alemão de férias

As instituições de ensino superior da Alemanha estão oferecendo cursos do idioma alemão e cursos temáticos específicos ou interdisciplinares em praticamente todas as áreas de conhecimento. Quanto aos cursos de idioma, estes se estendem do nível básico ao avançado; os temáticos são oferecidos a graduandos e pós-graduandos. O Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (DAAD, sigla em alemão) oferece bolsas para brasileiros para o curso de inverno “Língua e Cultura Alemãs”, mas a seleção para 2009 já está encerrada. O edital referente a 2010 será publicado em maio de 2009. Para mais informações, ver: <<http://www.summerschools-in-germany.de>>.

Chamada para artigos em Ciência Política

A Revista Política da Universidade do Chile abriu chamada para artigos para integra o dossiê “Direito, Justiça e Política”. Os trabalhos devem ser de um dos seguintes eixos temáticos: experiências de reforma judicial, surgimento de novos direitos, transformações nas carreiras profissionais, ativismo jurídico e processos de transnacionalização da *expertise* jurídica. Serão privilegiados estudos de caso no processo de seleção. A data limite de entrega das propostas de trabalho é 1º de janeiro de 2009, e o dossiê será

publicado em 30 de junho de 2009. Para mais informações, ver:
<www.inap.uchile.cl/cienciapolitica/revista.html>.

Edições anteriores de **PONTES Quinzenal** podem ser acessadas em:
<http://ictsd.net/news/pontesquinzenal/>

PONTES é publicado pelo Centro Internacional para o Comércio e o Desenvolvimento Sustentável (ICTSD) e pela Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (DireitoGV).

ICTSD é uma organização independente e sem fins lucrativos com sede em Genebra, Suíça, tel: (41-22) 917-8492; fax: 917-8093. Trechos de **PONTES Quinzenal** podem ser usados em outras publicações se forem citados de forma apropriada. Comentários e sugestões serão bem vindos e podem ser enviados para pontes@ictsd.ch.

A produção de PONTES Quinzenal tem sido possível graças ao apoio generoso da Agência suíça para o desenvolvimento.

